

Município: 3130408 - Iljaci

Exercício: 2017

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 07/03/2019 11:32:50

Coordenadoria: 1º Cím - 1º Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul, Órgão: Todos, Período: Anual

Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - (Art 29-A, CR/88)

Mostrar/Ocultar Todos

Receitas Arrecadadas	Realizada (A)
1000.00.00 - RECEITAS CORRENTES	23.439.912,14
1100.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	1.860.283,21
1110.00.00 - IMPOSTOS	1.753.169,15
1112.00.00 - IMPOSTOS SOBRE O PATRIMÔNIO E A RENDA	791.586,77
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	45.954,16
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	45.954,16
1112.04.00 - IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	606.265,09
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	606.265,09
1112.04.34 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre Outros Rendimentos	0,00
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	139.367,52
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	139.367,52
1113.00.00 - IMPOSTOS SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	961.582,38
1113.05.00 - IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA	961.582,38
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	961.582,38
1120.00.00 - TAXAS	107.114,06
1121.00.00 - TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA	22.997,89
1121.17.00 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.105,35
1121.17.00 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária	3.105,35
1121.25.00 - Taxa de Licença para Funcionamento de Estabelecimentos Comerciais, Indústria e Prestadora de Serviços	13.701,20
	13.701,20



1121.26.00 - Taxa de Publicidade Comercial	0,00
1121.26.00 - Taxa de Publicidade Comercial	0,00
1121.27.00 - Taxa de Apreensão e Depósito	0,00
1121.27.00 - Taxa de Apreensão e Depósito	0,00
1121.28.00 - Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos em Horário Especial	0,00
1121.28.00 - Taxa de Funcionamento de Estabelecimentos em Horário Especial	0,00
1121.29.00 - Taxa de Licença para Execução de Obras	5.187,13
1121.29.00 - Taxa de Licença para Execução de Obras	5.187,13
1121.30.00 - Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	0,00
1121.30.00 - Taxa de Autorização de Funcionamento de Transporte	0,00
1121.31.00 - Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	0,00
1121.31.00 - Taxa de Utilização de Área de Domínio Público	0,00
1121.32.00 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00
1121.32.00 - Taxa de Aprovação do Projeto de Construção Civil	0,00
1121.35.00 - Taxa de Alinhamento e Nivelamento	0,00
1121.35.00 - Taxa de Alinhamento e Nivelamento	0,00
1121.36.00 - Taxa de Apreensão, Depósito ou Liberação de Animais	0,00
1121.36.00 - Taxa de Apreensão, Depósito ou Liberação de Animais	0,00
1121.99.00 - Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0,00
1121.99.00 - Outras Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	1.004,21
1122.00.00 - TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.004,21
1122.21.00 - Taxas de Serviços Cadastrais	84.116,17
1122.21.00 - Taxas de Serviços Cadastrais	2.289,45
1122.28.00 - Taxa de Cemitérios	2.289,45
1122.28.00 - Taxa de Cemitérios	0,00
1122.90.00 - Taxa de Limpeza Pública	0,00
1122.90.00 - Taxa de Limpeza Pública	22.254,97
1122.99.00 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	22.254,97
1122.99.00 - Outras Taxas pela Prestação de Serviços	59.571,75
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	59.571,75
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00
1130.00.00 - CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	0,00



1130.99.00 - Outras Contribuições de Melhoria	0.00
1700.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.435.959,25
1720.00.00 - TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	21.435.959,25
1721.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	8.633.981,58
1721.01.00 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DA UNIÃO	8.560.852,49
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.553.688,37
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	7.164,12
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	73.129,09
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	73.129,09
1722.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO	12.801.977,67
1722.01.00 - PARTICIPAÇÃO NA RECEITA DO ESTADO	12.801.977,67
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	11.964.811,71
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	673.505,17
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	147.937,98
1722.01.13 - Cota-parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	15.722,81
1900.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	143.669,68
1910.00.00 - MULTAS E JUROS DE MORA	57.025,46
1911.00.00 - MULTAS E JUROS DE MORA DOS TRIBUTOS	4.400,97
1911.35.00 - Multas e Juros da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	69,40
1911.35.00 - Multas e Juros da Taxa de Fiscalização e Vigilância Sanitária	69,40
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	1.714,85
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	1.714,85
1911.39.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis - ITBI	0,00
1911.39.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis - ITBI	0,00
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	392,10
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	392,10
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	2.224,62
1911.99.00 - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	2.224,62
1911.99.00 - Multas e Juros de Mora de Outros Tributos	52.624,49
1913.00.00 - MULTAS E JUROS DE MORA DA DÍVIDA ATIVA DOS TRIBUTOS	45.727,73
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	45.727,73
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00



1913.12.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos e Bens Imóveis - ITBI	0,00
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.834,60
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.834,60
1913.35.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Taxas de Fiscalização e Vigilância Sanitária	471,83
1913.35.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa das Taxas de Fiscalização e Vigilância Sanitária	471,83
1913.99.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	4.590,33
1913.99.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa de Outros Tributos	4.590,33
1930.00.00 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	86.644,22
1931.00.00 - RECEITA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	86.644,22
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	25.030,00
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	25.030,00
1931.12.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis- ITBI	0,00
1931.12.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Transferência de Bens Imóveis- ITBI	0,00
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	7.699,88
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	7.699,88
1931.35.00 - Receita da Dívida Ativa das Taxas de Fiscalização e Vigilância Sanitária	2.425,10
1931.35.00 - Receita da Dívida Ativa das Taxas de Fiscalização e Vigilância Sanitária	2.425,10
1931.99.00 - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	51.489,24
1931.99.00 - Receita da Dívida Ativa de Outros Tributos	51.489,24
Total Receitas	23.439.912,14
Deduções das Receitas	Realizada (A)
Total Deduções	0,00
Arrecadação Municipal - Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)	23.439.912,14



Os dados apresentados neste relatório refletem a situação contábil atualizada em 31/12/2013, sendo que a responsabilidade pela veracidade dos dados é de responsabilidade do Poder Executivo Municipal.

Município: 3130408 - Ijaci

Exercício: 2017

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas Atuais

Data e Hora de Geração: 28/02/2019 11:20:57

Critérios de Seleção: Coordenadoria: 1ª Cfm - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul, Período: Anual, Tipo de Decreto: 1 - Decreto de Crédito Suplementar, 2 - Decreto de Crédito Especial, 4 - Decreto de Crédito Extraordinário, 6 - Decreto de Reabertura de Crédito Especial, 7 - Decreto de Reabertura de Crédito Extraordinário

Decretos de Alterações Orçamentárias

Total por Tipo de Decreto e Origem de Recurso	Valor Aberto	Total por Tipo de Decreto e Tipo de Alteração	Acréscimo	Redução	Saldo
1 - Decreto de Crédito Suplementar	6.429.234,93	1 - Decreto de Crédito Suplementar	6.429.234,93	6.429.234,93	0,00
3 - Anulação de Dotações	6.429.234,93	-	6.429.234,93	6.429.234,93	0,00
2 - Decreto de Crédito Especial	1.750,00	2 - Decreto de Crédito Especial	1.750,00	1.750,00	0,00
3 - Anulação de Dotações	1.750,00	-	1.750,00	1.750,00	0,00
Total	6.430.984,93	Total	6.430.984,93	6.430.984,93	0,00

Nº do Decreto	Data do Decreto	Tipo de Decreto	Tipo Lei	Nº / Data das Leis Vinculadas	Origem do Recurso	Valor Aberto	Tipo	Fonte Recurso	Valor Alteração Fonte
1	03/01/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	1.000,00	Acréscimo	116	1.000,00
							Redução	Total	1.000,00
								Total	1.000,00
2	16/01/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	90.000,00	Acréscimo	100	90.000,00
							Redução	Total	90.000,00
								Total	90.000,00
03	16/01/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	20.000,00	Acréscimo	100	20.000,00
							Redução	Total	20.000,00
								Total	20.000,00
04	16/01/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	190.000,00	Acréscimo	101	190.000,00
							Redução	Total	190.000,00
								Total	190.000,00
5	30/01/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	22.000,00	Acréscimo	100	22.000,00
							Redução	Total	22.000,00
								Total	22.000,00
06	13/02/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	54.000,00	Acréscimo	100	54.000,00
							Redução	Total	54.000,00
								Total	54.000,00
07	20/02/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	22.000,00	Acréscimo	100	22.000,00
							Redução	Total	22.000,00
								Total	22.000,00
08		Suplementar			Dotações			192	8.000,00
							Redução	Total	8.000,00
								Total	8.000,00

Documento assinado por meio de certificado digital conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA10099

Documento assinado por meio de certificado digital conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA10099



Os dados apresentados neste relatório referem-se ao conteúdo transmitido nas remessas informadas pelos municípios e não contém alterações feitas pelo TCEMG.

09	08/03/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	180.000,00	Acréscimo	102	180.000,00
							Total	102	180.000,00
							Redução	102	180.000,00
							Total	102	180.000,00
10	13/03/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	15.000,00	Acréscimo	150	15.000,00
							Total	150	15.000,00
							Redução	150	15.000,00
							Total	150	15.000,00
11	20/03/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	70.000,00	Acréscimo	100	70.000,00
							Total	100	70.000,00
							Redução	100	70.000,00
							Total	100	70.000,00
12	22/03/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	10.000,00	Acréscimo	102	5.000,00
							Total	101	5.000,00
							Redução	102	5.000,00
							Total	101	5.000,00
13	22/03/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	52.000,00	Acréscimo	117	52.000,00
							Total	117	52.000,00
							Redução	117	52.000,00
							Total	117	52.000,00
14	04/05/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	45.000,00	Acréscimo	100	45.000,00
							Total	100	45.000,00
							Redução	100	45.000,00
							Total	100	45.000,00
15	05/05/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	4.000,00	Acréscimo	100	4.000,00
							Total	100	4.000,00
							Redução	100	4.000,00
							Total	100	4.000,00
16	08/05/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	622.000,00	Acréscimo	100	500.000,00
							Total	102	122.000,00
							Redução	100	500.000,00
							Total	102	122.000,00
17	19/05/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	61.000,00	Acréscimo	100	61.000,00
							Total	100	61.000,00
							Redução	100	61.000,00
							Total	100	61.000,00
18	19/05/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	34.750,00	Acréscimo	100	34.000,00
							Total	123	750,00
							Redução	123	750,00
							Total	100	34.000,00
19		Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.º 02/2012 e na Decisão Normativa n.º 05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n.º PCA10099	Suplementar		Dotações		Acréscimo	100	10.000,00
							Total	100	10.000,00
							Redução	100	10.000,00
							Total	100	10.000,00



20	26/05/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	25.000,00	Acréscimo	100	7.000,00
								101	18.000,00
							Total		25.000,00
							Redução	100	7.000,00
21	06/06/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	40.000,00		101	18.000,00
							Total		25.000,00
							Acréscimo	100	40.000,00
								100	40.000,00
22	27/06/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	79.500,00	Redução	101	21.000,00
							Total		40.000,00
							Acréscimo	100	40.000,00
								101	21.000,00
23	10/07/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	1.713.500,00	Redução	119	18.500,00
							Total		79.500,00
							Acréscimo	100	40.000,00
								101	21.000,00
24	14/07/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	28.000,00		101	164.000,00
							Total		1.713.500,00
							Acréscimo	102	650.500,00
								118	468.000,00
25	18/07/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	1.000,00		100	414.000,00
							Total		28.000,00
							Acréscimo	102	28.000,00
								102	28.000,00
26	25/07/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	109.000,00	Redução	101	164.000,00
							Total		28.000,00
							Acréscimo	102	1.000,00
								102	1.000,00
27	31/07/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	72.200,00		102	1.000,00
							Total		1.000,00
							Acréscimo	100	109.000,00
								100	109.000,00
28	04/08/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	37.500,00	Redução	100	109.000,00
							Total		109.000,00
							Acréscimo	100	72.200,00
								100	72.200,00

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n. 02/2012 e na Decisão Normativa n. 05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA10099



Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente a contabilidade transmitida nos remessas eletrônicas pelos contribuintes e não contém qualquer ajuste de valor inspecionados pelo TCE/MG.

28	04/08/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	37.500,00	Redução	100	37.500,00
							Total		37.500,00
29	11/08/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	39.000,00	Acréscimo	100	39.000,00
							Total		39.000,00
							Redução	100	39.000,00
							Total		39.000,00
30	15/08/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	7.000,00	Acréscimo	100	7.000,00
							Total		7.000,00
							Redução	100	7.000,00
							Total		7.000,00
31	16/08/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	50.000,00	Acréscimo	100	50.000,00
							Total		50.000,00
							Redução	100	50.000,00
							Total		50.000,00
32	22/08/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	63.050,00	Acréscimo	102	47.050,00
							Total		63.050,00
							101	10.000,00	
							Redução	100	6.000,00
							102	47.050,00	
							Total		63.050,00
33	30/08/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	33.000,00	Acréscimo	100	33.000,00
							Total		33.000,00
							Redução	100	33.000,00
							Total		33.000,00
34	30/08/2017	2 - Decreto de Crédito Especial	LAO	1310 - 17/08/2017	3 - Anulação de Dotações	1.750,00	Acréscimo	100	1.750,00
							Total		1.750,00
							Redução	100	1.750,00
							Total		1.750,00
35	01/09/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	186.800,00	Acréscimo	100	186.500,00
							Total		188.800,00
							102	300,00	
							Redução	100	186.500,00
							Total		186.800,00
36	06/09/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	364.559,40	Acréscimo	101	250.000,00
							Total		364.559,40
							147	114.559,40	
							Redução	101	264.844,71
							147	99.714,69	
							Total		364.559,40
37	11/09/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	102.500,00	Acréscimo	102	100.000,00
							Total		102.500,00
							100	2.500,00	
							Redução	102	100.000,00
							100	2.500,00	
							Total		102.500,00
38	03/10/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	978.500,00	Acréscimo	101	337.000,00
							Total		102.500,00
							100	204.500,00	
							102	360.000,00	

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA10099



							Acréscimo	150	2.000,00
								148	75.000,00
							Total		978.500,00
38	03/10/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	978.500,00		102	360.000,00
								100	204.500,00
							Redução	148	75.000,00
								150	2.000,00
								101	337.000,00
							Total		978.500,00
39	10/10/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	30.000,00	Acréscimo	100	30.000,00
							Total		30.000,00
							Redução	100	30.000,00
							Total		30.000,00
40	18/10/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	56.500,00	Acréscimo	100	56.500,00
							Total		56.500,00
							Redução	100	56.500,00
							Total		56.500,00
41	17/10/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	65.500,00	Acréscimo	100	34.500,00
								102	31.000,00
							Total		65.500,00
							Redução	100	34.500,00
								102	31.000,00
							Total		65.500,00
42	30/10/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	115.000,00	Acréscimo	100	115.000,00
							Total		115.000,00
							Redução	100	115.000,00
							Total		115.000,00
43	31/10/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	393.505,53	Acréscimo	102	193.505,53
								100	200.000,00
							Total		393.505,53
							Redução	100	200.000,00
								102	193.505,53
							Total		393.505,53
44	13/11/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	30.000,00	Acréscimo	100	30.000,00
							Total		30.000,00
							Redução	100	30.000,00
							Total		30.000,00
45	13/11/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	24.000,00	Acréscimo	100	24.000,00
							Total		24.000,00
							Redução	100	24.000,00
							Total		24.000,00
46	16/11/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	40.000,00	Acréscimo	100	40.000,00
							Total		40.000,00
							Redução	100	40.000,00
							Total		40.000,00
47		1 - Decreto de					Acréscimo	100	2.500,00
							Total		2.500,00
								100	2.500,00
							Total		2.500,00

Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA10099



Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém qualquer juízo de valor atribuído pelo TCEMG.

48	29/11/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	4.500,00	Acréscimo	100	4.500,00
								Total	4.500,00
							Redução	100	4.500,00
								Total	4.500,00
49	04/12/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LOA	1292 - 13/12/2016	3 - Anulação de Dotações	91.500,00	Acréscimo	100	91.500,00
								Total	91.500,00
							Redução	100	91.500,00
								Total	91.500,00
50	06/12/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	1312 - 28/11/2017	3 - Anulação de Dotações	111.370,00	Acréscimo	102	111.370,00
								Total	111.370,00
							Redução	102	111.370,00
								Total	111.370,00
51	15/12/2017	1 - Decreto de Crédito Suplementar	LAO	1312 - 28/11/2017	3 - Anulação de Dotações	24.000,00	Acréscimo	101	24.000,00
								Total	24.000,00
							Redução	101	24.000,00
								Total	24.000,00
Total						6.430.984,93			



Documento assinado por meio de certificado digital, conforme disposições contidas na Medida Provisória 2200-2/2001, na Resolução n.02/2012 e na Decisão Normativa n.05/2013. Os normativos mencionados e a validade das assinaturas poderão ser verificados no endereço www.tce.mg.gov.br, código verificador n. PCA10099

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCE MG.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Superintendência de Controle Externo
Diretoria de Controle Externo de Municípios



Município: Ijaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

Em 29/07/2019, encaminho a análise técnica à elevada consideração do Exmo. Sr. Relator, nos termos da Resolução TC nº 12/08 de 19/12/2008.



Vera Lúcia Lage de Oliveira

Coordenadora

TC 17563

Município: Ijaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

1 - Informações Preliminares

Considerando a competência prevista no art. 31 da Constituição da República de 1988, no art. 180 da Constituição do Estado de Minas Gerais de 1989 e no inciso II do art. 3º da Lei Complementar Estadual nº 102/2008, procedeu-se à análise das contas anuais prestadas nos termos da Instrução Normativa 04/2017.

Prefeito(s)

Nome	Período	CPF	Endereço	Identidade	Email	Telefone
FABIANO DA SILVA MORETI	01/01/17 até 31/12/17	038.373.396-02	JOSE OLIMPIO DE CARVALHO, SE RRA - 37.205-000	MG11233528 - SSP MG	moretyradio@yahoo.com.br	(0035)9192-4788

Responsáveis pela Contabilidade

Nome	Período	CPF	Endereço	CRC	Email	Telefone
MARAISA APARECIDA PEREIRA ALVARENGA	01/01/17 até 31/12/17	015.132.186-89	PEDRO DE OLIVEIRA, CENT RO - 37.205-000	MG09866702	maraisaalvarenga@hotmail.com	(0035)3843-1271
LUIZ GUSTAVO VILAS BOAS	20/02/17 até 30/04/17	015.472.076-39	CHUVA DE OURO, JARDIM PLANALTO - 37.218-000	1144937	gustavo@crcontab.com.br	(0035)9272-0020

Responsáveis pelo Controle Interno

Nome	Período	CPF	Endereço	Identidade	Email	Telefone
DANIELLE APARECIDA CARVALHO	01/01/17 até 31/12/17	014.450.706-42	Não Encontrado	MG12897283 - SSPMG	danielecarvalho2015@outlook.com	Não Encontrado

Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

A Lei Orçamentária Anual referente ao exercício de 2017 foi aprovada sob o nº 1292

Receita Prevista e Despesa Fixada: 31.920.000,00

2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4320/64)

Descrição	Nº da Lei	Data da Lei	Percentual Autorizado	Valor Autorizado por Lei (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
Lei Orçamentária Anual	1292	13/12/2016	20,00	0,00	0,00	
Lei autorizativa	1312	28/11/2017	25,00	7.980.000,00	6.429.234,93	
Total autorizado na LOA				7.980.000,00	6.429.234,93	0,00
Outras Leis autorizativas para Abertura de Créditos Suplementares						
Créditos Suplementares Irregulares						0,00

Créditos Suplementares Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Suplementares Abertos por Anulação de Dotações	6.429.234,93
Créditos Suplementares Abertos por Excesso de Arrecadação	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Superávit Financeiro	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Reserva de Contingência / Reserva do RPPS	0,00
Créditos Suplementares Abertos por Recursos sem Despesas Correspondentes	0,00
Total Aberto por Origem	6.429.234,93

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.



Município: Ijaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4320/64)

Nº da Lei	Data	Valor Autorizado (A)	Valor Aberto por Decretos (B)	Valor sem Autorização (B-A)
1310	17/08/2017	1.750,00	1.750,00	0,00
Créditos Especiais Irregulares				0,00

Créditos Especiais Abertos por Origem

Descrição	Valor
Créditos Especiais Abertos por Anulação de Dotações	1.750,00
Créditos Especiais Abertos por Excesso de Arrecadação	0,00
Créditos Especiais Abertos por Operação de crédito	0,00
Créditos Especiais Abertos por Superávit Financeiro	0,00
Créditos Especiais Abertos por Reserva de Contingência / Reserva do RPPS	0,00
Créditos Especiais Abertos por Recursos sem Despesas Correspondentes	0,00
Total Aberto por Origem	1.750,00

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram abertos créditos especiais sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

Responsável pelo processo: _____
O processo foi gerado por meio de certificação e não apresenta qualquer alteração na sequência. O processo foi gerado em 17/08/2017 e não possui nenhuma alteração.



Município: Ijaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3 - Créditos Adicionais Abertos sem Recursos Disponíveis e sua Execução

2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Excesso de Arrecadação (excluídos os Créditos Extraordinários) (A)	Créditos Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (C=B-A)	Despesa Atualizada (Orçada + Acrescimos - Reduções) (D)	Despesa Empenhada (E)	Saldo a Empenhar (F=D-E)	Despesa Empenhada sem Recursos (G=C-F)
116 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	9.975,33	0,00	0,00	12.500,00	214,74	12.285,26	0,00
117 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	7.481,83	0,00	0,00	165.000,00	120.620,83	44.379,17	0,00
122 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	73.403,81	0,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00
123 - Transferências de Convênios Vinculados à Saúde	16.750,00	0,00	0,00	301.000,00	705,29	300.294,71	0,00
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	49.204,52	0,00	0,00	542.500,00	297.042,01	245.457,99	0,00
149 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	71,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	6.172,64	0,00	0,00	80.000,00	40.809,79	39.190,21	0,00
151 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica	16.415,16	0,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00
Total				0,00			0,00



Município: Ijaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais



2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (B-A)
00 - Recursos Ordinários	1.196.709,26	0,00	0,00
01 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00
02 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos Vinculados à Saúde	190.886,68	0,00	0,00
16 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE)	23.287,91	0,00	0,00
17 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública (COSIP)	131.571,39	0,00	0,00
18 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	15.869,18	0,00	0,00
19 - Transferências do FUNDEB para Aplicação em Outras Despesas da Educação Básica	5.894,57	0,00	0,00
22 - Transferências de Convênios Vinculados à Educação	13.744,77	0,00	0,00
24 - Transferências de Convênios Não Relacionados à Educação, à Saúde nem à Assistência Social	12.466,40	0,00	0,00
29 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)	210.175,36	0,00	0,00
42 - Transferências de Convênios Vinculados à Assistência Social	26.421,23	0,00	0,00
44 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	17.058,40	0,00	0,00
45 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	5.318,05	0,00	0,00
46 - Outras Transferências de Recursos do FNDE	245.242,29	0,00	0,00
47 - Transferência do Salário-Educação	256.575,04	0,00	0,00
48 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	237.078,20	0,00	0,00

Município: Ijaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Fonte de Recurso	Superávit Financeiro do Exercício Anterior (A)	Créditos Adicionais Abertos (B)	Créditos Adicionais Abertos sem Recursos (B-A)
50 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	114.334,49	0,00	0,00
52 - Transferências de Recursos do SUS para Gestão do SUS	25.197,42	0,00	0,00
54 - Outras Transferências de Recursos do SUS	64.875,44	0,00	0,00
55 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde	24.580,04	0,00	0,00
56 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS)	11.745,53	0,00	0,00
92 - Alienação de Bens	351.297,04	0,00	0,00
Total			0,00

Conclusão do Item:

Não foram abertos créditos suplementares e especiais utilizando a fonte superávit financeiro.

2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 CR 1988)

Créditos Concedidos (A)	Despesa Empenhada (B)	Despesa Excedente (B-A)
31.920.000,00	23.815.595,06	0,00

Obs.: Os Créditos concedidos referem-se ao valor da despesa atualizada (Orçada + Acréscimos - Reduções).

Conclusão do Item:

Item Regular:

Não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988.

2.5 - Realocação de Recursos Orçamentários (art. 167, VI, CR/88)

Tipo Informado					Tipo Recolocado		
Decreto	Valor	Remanejamento	Transposição	Transferência	Crédito Adicional	Alteração de Fonte	Alteração Gerencial
Remanejamento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transposicao	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferencia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

OBS.: Síntese do Relatório anexado à PCA.

Município: Ijaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais

Conclusão do Item:

O município, em sua execução orçamentária, não utilizou os instrumentos previstos no art. 167, VI.

Considerações:

À vista da recorrência de utilização pelos municípios dos instrumentos previstos no art. 167, Inc. VI, e em sua maioria, de maneira incorreta, apresentamos, em síntese, os conceitos contidos nas Consultas nº 862749 de 25/06/2014 e nº 958027 de 02/03/2016 – TCEMG, objetivando uma melhor compreensão do tema, quais sejam: Remanejamentos são realocações na organização de um ente público com destinação de recursos de um órgão para outro.

Transposições são realocações no âmbito dos programas de trabalho e/ou Ações, dentro do mesmo órgão.

Transferências são realocações de recursos entre as categorias econômicas de despesas, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

Ressaltamos que o remanejamento, a transposição e a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, de que trata o art. 167, VI, da Constituição Federal, devem ocorrer mediante prévia autorização legislativa, sendo incabível previsão nesse sentido na Lei Orçamentária Anual. (Art. 165, § 8º).

2.6 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Abertura de créditos adicionais - utilização de fontes incompatíveis.

Conclusão do Item:

Detectamos decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, não atendendo à Consulta nº 932477/14 - TCEMG, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200 (Relatório anexado à PCA).

Recomendações:

Recomenda-se ao Gestor a observância da consulta nº 932477/14 desse Tribunal de Contas que veda a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200.



Município: Ijaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

Informações

Descrição	Percentual	Valor
Arrecadação Municipal do Exercício Anterior - Receita Base de Cálculo (Art 29-A, CR/88)		23.439.912,14
Repasse Concedido		1.032.200,00
(-) Numerário Devolvido		32.540,45
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas		0,00
Total do Repasse Concedido	4,26	999.659,55
Limite Percentual e Valor Devido Conforme (Art 29-A, CR/88)	7,00	1.640.793,85
Percentual Excedente e Valor Excedente	0,00	0,00

Informações Complementares

População*	6288
Número de Vereadores	9
Inciso conforme Caput Art. 29-A	I

*Fonte do dado: Última estimativa disponibilizada no site do IBGE.

Conclusão do Item:

Item Regular:

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso I do Caput do artigo 29A da CR/88.

Considerações:

O Executivo informou que a devolução da Câmara foi de R\$ 34.821,44 e a Câmara informou que devolveu o valor de R\$ 32.540,45.

Considerou-se nesta análise o valor da devolução informada pela Câmara.



Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

4 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art.212 da CR/88; Emenda Constitucional nº 53/06, leis nº 9.394/96 e 11.494/07)

1 - Receita de Impostos

1.1 - Receita resultante do imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)

1112.02.00 - Imposto Sobre a Propriedade Predial E Territorial Urbana	51.245,48
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	1.526,51
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	17.724,84
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	11.217,09

Sub Total **81.713,92**

1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)

1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	223.785,67
--	------------

Sub Total **223.785,67**

1.3 - Receita resultante do imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)

1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	961.194,96
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	176,47
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	53,13
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	143,18

Sub Total **961.567,74**

1.4 - Receita resultante do imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	517.015,80
--	------------

Sub Total **517.015,80**

1.5 - Receita resultante do imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º Inciso III)

Sub Total **0,00**

Total **1.784.083,13**

2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais

1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.269.568,61
1721.01.05 - Cota-Parte do imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	7.405,81
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	64.829,16
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	11.688.377,16
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	706.417,95
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	147.335,20

Total **20.883.933,89**

TOTAL DAS RECEITAS **22.668.017,02**

Município: Ijaci Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047100
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0052 - ADMINISTRACAO GERAL	209.746,07	0,00	0,00	209.746,07
Sub Total	209.746,07	0,00	0,00	209.746,07
272 - Previdência do Regime Estatutário				
1313 - CONTRIB. INST.PREV.GOVERNO DO ESTADO	356.180,53	0,00	87.456,45	443.636,98
Sub Total	356.180,53	0,00	87.456,45	443.636,98
361 - Ensino Fundamental				
0403 - ENSINO FUNDAMENTAL	844.129,04	0,00	243,12	844.372,16
0405 - LIVROS/OUTROS MAT.DIDATICOS ENSINO FUND.	194.982,30	0,00	0,00	194.982,30
0407 - TRANSPORTE ESCOLAR P/ENSINO FUNDAMENTAL	891.436,51	0,00	0,00	891.436,51
Sub Total	1.930.547,85	0,00	243,12	1.930.790,97
365 - Educação Infantil				
0401 - EDUCACAO INFANTIL	702.813,45	0,00	98,52	702.911,97
Sub Total	702.813,45	0,00	98,52	702.911,97
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
12 - Total Educação	3.199.287,90	0,00	87.798,09	3.287.085,99

FLS. 122
Câmara Municipal
[Assinatura]

Município: Ijaci Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047100
4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	3.199.287,90
Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007)	4.039.774,62
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	87.798,09
Subtotal (C = A + FUNDEB + B)	7.326.860,61
Disponibilidade de caixa (D)	49.490,10
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	49.490,10
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	38.307,99
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	7.288.552,62

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 212 da CR/88, EC 53/06, Leis nº 9394/96 e 11494/07)	0,00	22.668.017,02
J - Aplicação Devida (art. 212 da CF/88)	25,00	5.667.004,25
I - Valor da Aplicação	32,15	7.288.552,62
K - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (K = I - J)		1.621.548,37

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 32,15% da Receita Base de Cálculo.



Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

4.2 - Apuração Eletrônica das Despesas de Ensino

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 12 - Educação (A)	6.135.492,57
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	617.601,46
118 - Transferências do FUNDEB para Aplicação na Remuneração dos Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício na Educação Básica	1.928.885,40
144 - Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	50.347,14
147 - Transferência do Salário-Educação	211.572,58
192 - Alienação de Bens	40.000,00
Sub Total	2.848.406,58
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 101 e 201 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	2.848.406,58
Total após exclusões (C = A - B)	3.287.085,99
(+) Contribuição ao FUNDEB (Lei nº 11.494/2007) (D)	4.039.774,62
Total das Despesas (E = C + D)	7.326.860,61

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (F)	87.798,09
Disponibilidade de caixa (G)	49.490,10
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (H)	0,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (I = G - H)	49.490,10
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (J = F - I)	38.307,99
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (K)	0,00
Total Aplicado (L = E - J + K)	7.288.552,62



Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

5 - Demonstrativo da Aplicação nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012)

1 - Receita de Impostos	
1.1 - Receita resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)	
1112.02.00 - Imposto Sobre A Propriedade Predial E Territorial Urbana	51.245,48
1911.38.00 - Multas e Juros do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	1.526,51
1913.11.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	17.724,84
1931.11.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana - IPTU	11.217,09
Sub Total	81.713,92
1.2 - Receita resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos (ITBI)	
1112.08.00 - Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	223.785,67
Sub Total	223.785,67
1.3 - Receita resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS)	
1113.05.01 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	961.194,96
1911.40.00 - Multas e Juros do Imposto sobre Serviços - ISS	176,47
1913.13.00 - Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	53,13
1931.13.00 - Receita da Dívida Ativa do Imposto sobre Serviços - ISS	143,18
Sub Total	961.567,74
1.4 - Receita resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	
1112.04.31 - Imposto de Renda Retido nas Fontes sobre os Rendimentos do Trabalho	517.015,80
Sub Total	517.015,80
1.5 - Receita resultante do Imposto Territorial Rural (ITR) (CF, ART. 153, §4º, inciso III)	
Sub Total	0,00
Total	1.784.083,13
2 - Receita de Transferências Constitucionais e Legais	
1721.01.02 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	8.269.568,61
1721.01.05 - Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	7.405,81
1721.36.00 - Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. Nº 87/96	64.829,16
1722.01.01 - Cota-parte do ICMS	11.688.377,16
1722.01.02 - Cota-parte do IPVA	706.417,95
1722.01.04 - Cota-parte do IPI sobre Exportação	147.335,20
Total	20.883.933,89
TOTAL DAS RECEITAS	22.668.017,02



Município: Ijaci Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047100
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Função/ Subfunção/ Programa

Descrição	Valor Pago	Resto a Pagar Não Processado	Resto a Pagar Processado	Total
122 - Administração Geral				
0052 - ADMINISTRACAO GERAL	278.943,34	0,00	1.095,44	280.038,78
Sub Total	278.943,34	0,00	1.095,44	280.038,78
272 - Previdência do Regime Estatutário				
1313 - CONTRIB. INST.PREV.GOVERNO DO ESTADO	679.948,90	0,00	200.343,14	880.292,04
Sub Total	679.948,90	0,00	200.343,14	880.292,04
301 - Atenção Básica				
0203 - ASSISTENCIA DOMICILIAR DE SAUDE	789.117,19	0,00	297,00	789.414,19
0210 - ATENDIMENTO AMBULAT.,EMERG. E HOSPITALAR	3.171.696,28	0,00	665,31	3.172.361,59
0230 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	434.572,31	0,00	60.362,77	494.935,08
Sub Total	4.395.385,78	0,00	61.325,08	4.456.710,86
303 - Suporte Profilático e Terapêutico				
0210 - ATENDIMENTO AMBULAT.,EMERG. E HOSPITALAR	2.806,74	0,00	0,00	2.806,74
0230 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA	39.371,62	0,00	0,00	39.371,62
Sub Total	42.178,36	0,00	0,00	42.178,36
304 - Vigilância Sanitária				
0246 - VIGILANCIA SANITARIA PRODUTOS/SERVICO S	69.550,06	0,00	0,00	69.550,06
Sub Total	69.550,06	0,00	0,00	69.550,06
305 - Vigilância Epidemiológica				
0245 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	33.007,34	0,00	0,00	33.007,34
Sub Total	33.007,34	0,00	0,00	33.007,34
Outras Subfunções / Pagamentos em outras Fontes				
10 - Total Saúde	5.499.013,78	0,00	262.763,66	5.761.777,44

Município: Ijaci Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047100
5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Resumo

Descrição	Valor
Valor Pago (A)	5.499.013,78
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (B)	262.763,66
Subtotal (C = A + B)	5.761.777,44
Disponibilidade de caixa (D)	8.450,14
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (E)	1.151,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (F = D - E)	7.299,14
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (G = B - F)	255.464,52
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (H)	0,00
Total Aplicado (I = C - G + H)	5.506.312,92

Exercício Atual

Descrição	Percentual	Valor
Total das Receitas (Art. 198, § 2º, III da CR/88, LC 141/2012)	0,00	22.668.017,02
J - Aplicação Devida (art. 7º da LC nº 141/2012)	15,00	3.400.202,55
I - Valor da Aplicação	24,29	5.506.312,92
K - Diferença entre o Valor Aplicado e o Limite Constitucional (K = I - J)		2.106.110,37

Conclusão do Item:

Item Regular:

Foi aplicado o percentual de 24,29% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.



Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

Disponibilizado pelo TCE em conformidade com a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e a Lei nº 12.729/2012 (Lei de Proteção de Dados Pessoais).
O documento é disponibilizado em formato PDF e pode ser impresso em papel A4.



Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

5.3 - Apuração Eletrônica das Despesas de Saúde

Apuração

Descrição	Valor
Total dos Valores Empenhados da Função 10 - Saúde (A)	6.648.629,46
(-) Exclusões	
Empenhos com fontes não pertinentes	
100 - Recursos Ordinários	21.224,04
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica	297.042,01
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde	40.809,79
154 - Outras Transferências de Recursos do SUS	140.522,02
192 - Alienação de Bens	40.000,00
Sub Total	539.597,86
Empenhos com fontes pertinentes com subfunções não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes e subfunções pertinentes com modalidades de aplicação não pertinentes	
73 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS MEDIANTE CONTRATO DE RATEIO A CONTA DE RECURSOS DE QUE TRATAM OS §§1º E 2º DO ART. 24 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 141, DE 2012	347.254,16
Sub Total	347.254,16
Empenhos com fontes, subfunções e modalidades de aplicação pertinentes com elementos de despesas não pertinentes	
Sub Total	0,00
Empenhos com fontes 102 e 202 pagos com outras fontes (exceto 100 e 200)	
Sub Total	0,00
Total das Exclusões (B)	886.852,02
Total após exclusões (C = A - B)	5.761.777,44

Resumo

Descrição	Valor
Restos a Pagar Inscritos no Exercício (D)	262.763,66
Disponibilidade de caixa (E)	8.450,14
Valores Comprometidos com Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (F)	1.151,00
Saldo de Disponibilidade de Caixa (G = E - F)	7.299,14
Resto a Pagar (processados e não processados) inscritos sem disponibilidade de caixa (H = D - G)	255.464,52
Restos a pagar de Exercícios Anteriores sem disponibilidade de caixa pagos no exercício atual (Consulta 932.736) (I)	0,00
Total Aplicado (J = C - H + I)	5.506.312,92

Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

Despesa Total com Pessoal no Ano

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
3.0.00.00.00 - Despesa Bruta com Pessoal	13.671.076,25	688.703,59	14.359.779,84
3.1.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	13.671.076,25	688.703,59	14.359.779,84
3.1.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS	13.671.076,25	688.703,59	14.359.779,84
3.1.90.01.00 - APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	247.084,98	0,00	247.084,98
3.1.90.01.02 - Aposentadorias Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	247.084,98	0,00	247.084,98
3.1.90.03.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	45.126,27	0,00	45.126,27
3.1.90.03.02 - Pensões Custeadas com Recursos Ordinários do Tesouro	45.126,27	0,00	45.126,27
3.1.90.04.00 - CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	789.205,80	0,00	789.205,80
3.1.90.04.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	1.238,78	0,00	1.238,78
3.1.90.04.99 - Outros	787.967,02	0,00	787.967,02
3.1.90.11.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	9.898.668,68	531.333,10	10.430.001,78
3.1.90.11.01 - Pessoal do FUNDEB (Recursos: Mínimo de 60%)	1.584.571,96	0,00	1.584.571,96
3.1.90.11.04 - Pessoal de Cargo Efetivo (Vinculado ao INSS), exceto FUNDEB	7.208.346,73	230.790,38	7.439.137,11
3.1.90.11.05 - Pessoal de Cargo Comissionado, exceto FUNDEB	618.316,24	58.946,72	677.262,96
3.1.90.11.06 - Subsídio de Vereador	0,00	214.752,00	214.752,00
3.1.90.11.07 - Subsídio de Prefeito	125.661,60	0,00	125.661,60
3.1.90.11.08 - Subsídio de Vice-prefeito	48.471,60	0,00	48.471,60
3.1.90.11.09 - Subsídio de Secretário Municipal	297.509,53	0,00	297.509,53
3.1.90.11.10 - Subsídio de Presidente da Câmara	0,00	26.844,00	26.844,00
3.1.90.11.11 - Empregado Público	15.791,02	0,00	15.791,02
3.1.90.13.00 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	2.417.296,28	122.851,30	2.540.147,58

Câmara Municipal

Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

3.1.90.13.03 - Contribuição Patronal para o INSS (exceto a Incidente sobre o FUNDEB)	2.075.813,52	122.851,30	2.198.664,82
3.1.90.13.04 - Obrigações Patronais Referentes ao FUNDEB (Mínimo de 60%)	341.482,76	0,00	341.482,76
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	30.170,38	30.170,38
3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	0,00	30.170,38	30.170,38
3.1.90.94.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	273.694,24	4.348,81	278.043,05
3.1.90.94.01 - Indenizações por Demissão de Servidores ou Empregados	108.831,70	4.348,81	113.180,51
3.1.90.94.03 - Restituições e Outras Indenizações Trabalhistas	164.862,54	0,00	164.862,54

Exclusões da Despesa Total com Pessoal

Descrição	Executivo	Legislativo	Município
(-) Inativos e Pensionistas com Fonte de Custeio Próprio	0,00	0,00	0,00
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos da Fonte Tesouro	292.211,25	0,00	292.211,25
(-) Incentivos a Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
(-) Indenização por Demissão de Servidores ou Empregados	108.831,70	4.348,81	278.043,05
(-) Despesa de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00
(-) Sentenças Judiciais Anteriores	0,00	0,00	0,00
Total das Exclusões	565.905,49	4.348,81	570.254,30
Total da Despesa com Pessoal para Fins de apuração de Limite	13.105.170,76	684.354,78	13.789.525,54



Município: Ijaci Exercício: 2017
Nº do Processo: 1047100
6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

Receitas

Descrição	Valor
Receitas	27.755.488,24
Deduções	
(-) Deduções de Receita para formação do FUNDEB	
95 - FUNDEB	4.039.774,62
Sub Total	4.039.774,62
(-) Deduções da Receita Corrente (Exceto FUNDEB)	
Sub Total	0,00
Total	4.039.774,62
Exclusões	
Contribuição dos Servidores para o Sistema Próprio de Previdência	
Sub Total	0,00
Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores	
Sub Total	0,00
Receitas Corrente Intracorrentária	
Sub Total	0,00
Total	0,00
Receita Corrente Líquida do Município (Receita Base de Cálculo)	23.715.713,62

Cálculo do Percentual Aplicado da Despesa com Pessoal por Poder

Despesa com Pessoal por Poder de acordo com a Lei Complementar 101/2000, art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.

Descrição	Executivo (54%)	Legislativo (6%)	Município (60%)
Permitido pela Lei Complementar 101/2000	12.806.485,35	1.422.942,82	14.229.428,17
Total da Despesa com Pessoal	13.105.170,76	684.354,78	13.789.525,54
% Aplicado	55,26	2,89	58,15
% Excedente	1,26	0,00	0,00



Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.)

Conclusão do Item:

Poder Executivo

Item Regular:

O Poder Executivo não obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 55,26% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo). Ressalva-se, porém, que o Poder Executivo reduziu em 1/3 no primeiro quadrimestre o percentual excedente nos termos do art. 23 da LC 101/2000, conforme Demonstrativo Despesa Total com Pessoal por Poder - LRF, anexado à PCA. Dessa forma, considerou-se regular este item.

Poder Legislativo

Item Regular:

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 2,89% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

Município

Item Regular:

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 58,15% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).



Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, da INTC 04/17)

O Parecer do Controle Interno não é conclusivo

Conclusão do Item:

Item Regular:

O relatório de Controle Interno apresentado abordou parcialmente os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, todos da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017. Não foram abordados ou foram abordados resumidamente os itens descritos no campo "Considerações" deste item.

Recomendações:

Recomenda-se que, em exercícios subsequentes, o Órgão de Controle Interno opine conclusivamente, seja pela regularidade, regularidade com ressalvas, ou pela irregularidade das contas, conforme disposto no § 3º do art. 42 da LC 102/2008 do TCEMG.

Este documento é uma cópia eletrônica do documento original. A validade deste documento é atestada pelo sistema de controle de documentos eletrônicos do TCEMG. A autenticidade deste documento é atestada pelo sistema de controle de documentos eletrônicos do TCEMG. A validade deste documento é atestada pelo sistema de controle de documentos eletrônicos do TCEMG.



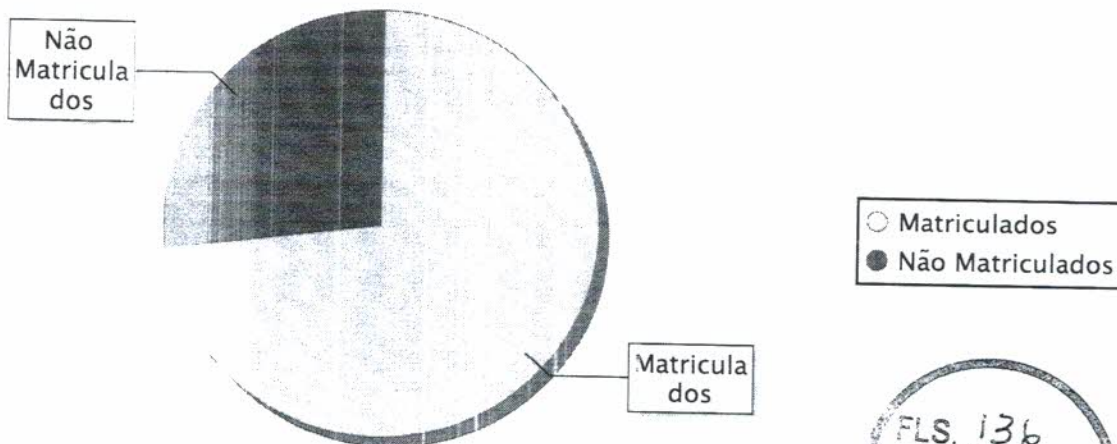
Município:	Jaci	Exercício:	2017
Nº do Processo:	1047100		

8 - PNE - Plano Nacional de Educação (Metas 1 e 18, Lei 13.005/2014)

Meta 1 - Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50%(cinquenta por cento) das crianças de até 3(três) anos até o final da vigência deste PNE.

A - Universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade, até 2016.

População de 4 a 5 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
174	127



Fonte: TC educa

<https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio>

Conclusão do Item:

O município cumpriu apenas 72.99% da Meta 1 no tocante à universalização da educação infantil na pré-escola no exercício 2016, deixando de atender o disposto na Lei nº 13.005/2014, em 27.01%.

Recomendações:

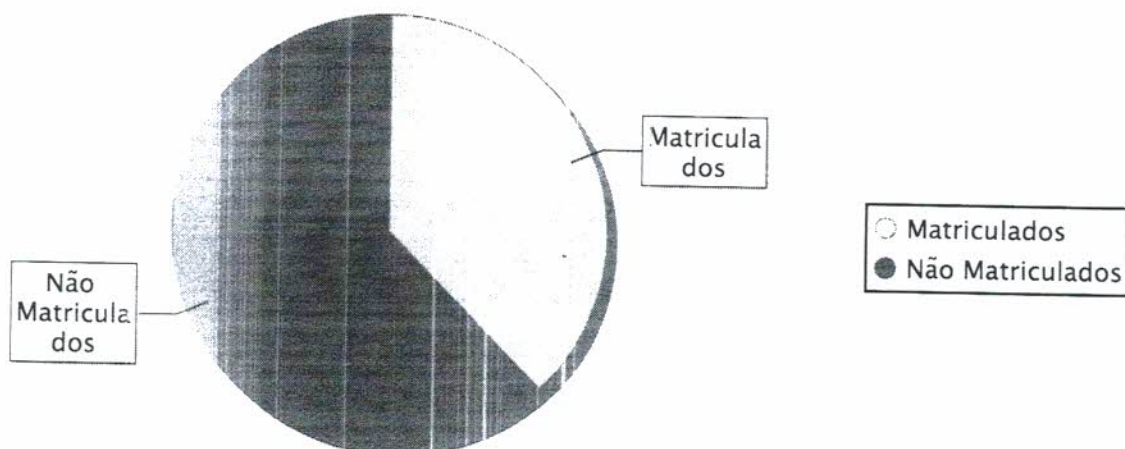
Embora não tenha sido cumprida integralmente a Meta 1 do PNE dentro do prazo estabelecido em lei, recomenda-se ao gestor municipal adotar políticas públicas que viabilizem o cumprimento da mesma.

B - Ampliação da oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até 3 (três) anos de idade, até 2024.



Município:	Jaci	Exercício:	2017
Nº do Processo:	1047100		

População de 0 a 3 anos de idade	Número de Crianças Matriculadas
287	108



Fonte: TC educa

<https://pne.tce.mg.gov.br/#/public/inicio>

Conclusão do Item:

O município cumpriu, até o exercício de 2017, o percentual de 37.63% no tocante a oferta em creches para crianças de 0(zero) a 3(três) anos, devendo atingir no mínimo 50% até 2024, conforme disposto na Lei nº 13.005/2014.

META 18 - Observância do piso salarial nacional, definido em lei federal para os profissionais da educação básica pública, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição da República c/c o §1º do art. 2º da Lei Federal nº 11.738/ de 2008.

Modalidade da Educação Básica

Modalidade da Educação Básica Piso Nacional (40 horas semanais): R\$2.298,80	Valor Pago Pelo Município
Creche	R\$ 1.377,60
Pré Escola	R\$ 1.377,60
Anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)	R\$ 1.377,60

Fonte: I-EDUC

Questionário Educação - IEGM - Portal SICOM

Conclusão do Item:

O Município não observa o piso salarial profissional nacional previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, e atualizado para o exercício de 2017, pela Portaria MEC nº 31, de 2017, não cumprindo o disposto no inciso VIII do art. 206 da Constituição da República.



Município: Jaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

Recomendações:

Considerando a inobservância do piso salarial profissional previsto na Lei Federal nº 11.738, de 2008, atualizado para o exercício de 2017 pela Portaria MEC nº 31, de 2017, este Órgão Técnico recomenda ao gestor municipal a adoção de medidas objetivando garantir que o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública tome como referência o piso salarial nacional, o que se coaduna com a Meta 18 do Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei Federal nº 13.005, de 2014.

Este documento é reservado para fins de consulta e não constitui documento oficial. Para mais informações, consulte o site: www.jaci.mg.gov.br. O presente documento não substitui o documento original e não deve ser utilizado para fins de comprovação de qualquer natureza. A responsabilidade pela veracidade das informações é do emitente.



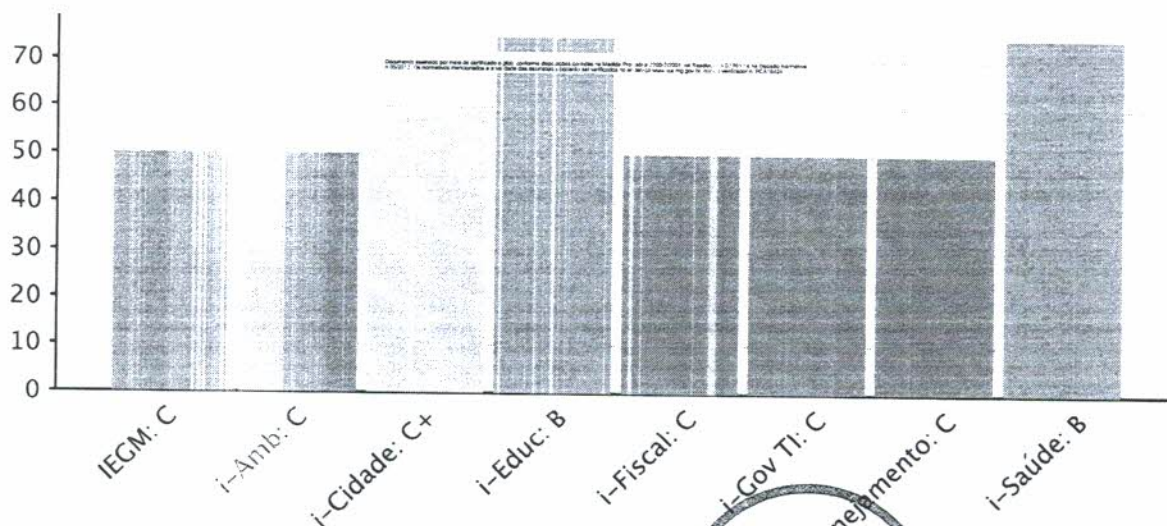
Município:	Ilaci	Exercício:	2017
Nº do Processo:	1047100		

9 - Resultado obtido pelo município no Índice de Efetividade da Gestão Municipal - IEGM (IN 01/2016 - TCEMG)

O Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais agrega ao parecer prévio sobre as contas do Prefeito municipal o IEGM - Índice de Efetividade da Gestão Municipal que tem por objetivo avaliar a efetividade das políticas e atividades públicas desenvolvidas em 7 (sete) grandes dimensões: Educação; Saúde; Planejamento; Gestão Fiscal; Meio Ambiente; Cidades Protegidas; Governança em Tecnologia da Informação. Os dados para o cálculo do IEGM são obtidos por meio de questionário aplicado anualmente pelo Tribunal de Contas aos jurisdicionados, do sistema SICOM. Após ponderação das notas alcançadas nas sete dimensões - calculada conforme metodologia única adotada nacionalmente -, o Município é enquadrado em uma das cinco faixas de resultado que obedecem aos seguintes critérios:

NOTA	FAIXA	CRITÉRIO
A	Altamente efetiva	IEGM com pelo menos 90% da nota máxima e, no mínimo, 5 índices componentes com nota A
B+	Muito efetiva	IEGM entre 75,0% e 89,9% da nota máxima
B	Efetiva	IEGM entre 60,0% e 74,9% da nota máxima
C+	Em fase de adequação	IEGM entre 50,0% e 59,9% da nota máxima
C	Baixo nível de adequação	IEGM menor que 50%

O gráfico a seguir apresenta os resultados gerais alcançados pelo Município nos sete indicadores, os quais estão sujeitos a alterações em razão de outras ações de fiscalização, tais como emissão de parecer prévio referente à Prestação de Contas Anual, inspeções, auditorias, denúncias, representações etc.



Município: Jaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

O Tribunal de Contas ao apresentar os resultados do IEGM, no âmbito do parecer prévio emitido sobre as contas anuais do chefe do Poder Executivo, amplia o conhecimento dos Prefeitos, Vereadores e dos munícipes sobre os resultados das ações da gestão pública, possibilitando possíveis correção de rumos, reavaliação de prioridades e consolidação do planejamento público, favorecendo ainda o controle social ao evidenciar a correspondência entre as ações dos governos municipais e as demandas da sociedade.

Este documento é uma cópia do original e não possui validade jurídica. O original encontra-se no arquivo digitalizado e assinado eletronicamente pelo TCU. O TCU não se responsabiliza por danos decorrentes de uso indevido deste documento.



Município: Jaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

ITENS REGULARES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.1 - Créditos Suplementares (artigo 42 da Lei 4320/64)

Não foram abertos créditos suplementares sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.2 - Créditos Especiais (artigo 42 da Lei 4320/64)

Não foram abertos créditos especiais sem cobertura legal, obedecendo ao disposto no artigo 42 da Lei 4320/64.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.4 - Créditos Disponíveis (artigo 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 CR 1988)

Não foram empenhadas despesas além do limite dos créditos autorizados, atendendo o disposto no art. 59 da Lei 4.320/64 e inciso II do art. 167 da Constituição da República de 1988.

3 - Repasse à Câmara conforme Caput Art. 29A da CF/88

O valor do repasse atendeu o disposto no inciso I do Caput do artigo 29A da CR/88.

4.1 - Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Art. 212 da CR/88; EC nº 53/06, leis 9.394/96, 11.494/07 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual mínimo exigido pela Constituição Federal/88 (art. 212) na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino num total de 32,15% da Receita Base de Cálculo.

5.1 - Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde (Art. 198, §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012)

Foi aplicado o percentual de 24,29% da Receita Base de Cálculo nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, obedecendo o mínimo exigido no art. 198 §2º, III da CR/88, LC 141/2012 e IN 05/2012.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Poder Executivo

O Poder Executivo não obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, b, tendo sido aplicados 55,26% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo). Ressalva-se, porém, que o Poder Executivo reduziu em 1/3 no primeiro quadrimestre o percentual excedente nos termos do art. 23 da LC 101/2000, conforme Demonstrativo Despesa Total com Pessoal por Poder - LRF, anexado à PCA. Dessa forma, considerou-se regular este item.

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Poder Legislativo

O Poder Legislativo obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 20, III, a, tendo sido aplicados 2,89% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).



Município: Jaci
Nº do Processo: 1047100

Exercício: 2017

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

6 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal por Poder (art. 19, inciso III e artigo 20, inciso III, alíneas a e b; arts. 23 e 66 da LC 101/2000.) - Município

O Município obedeceu aos limites percentuais estabelecidos pela LC 101/2000, art. 19, III, tendo sido aplicados 58,15% da Receita Corrente Líquida (Base de Cálculo).

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, da INTC 04/17)

O relatório de Controle Interno apresentado abordou parcialmente os itens exigidos no item 1 do Anexo I, a que se refere o art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, todos da Instrução Normativa nº 04, de 29 de novembro de 2017. Não foram abordados ou foram abordados resumidamente os itens descritos no campo "Considerações" deste item.

CONCLUSÃO:

Com base nas diretrizes definidas pelo Tribunal, após a análise da prestação de contas apresentada, propõe-se a aprovação das contas em conformidade com o disposto no inciso I do art. 45 da Lei Complementar nº 102/2008, Lei Orgânica do TCEMG.

RECOMENDAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.6 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Recomenda-se ao Gestor a observância da consulta nº 932477/14 desse Tribunal de Contas que veda a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200.

7 - Relatório de Controle Interno (art. 2º, caput e § 2º, art. 3º, § 6º e art. 4º, caput, da INTC 04/17)

Recomenda-se que, em exercício, o Relatório de Controle Interno opine conclusivamente, seja pela regularidade, regularidade com ressalvas, ou pela irregularidade das contas, conforme disposto no § 3º do art. 42 da LC 102/2008 do TCEMG.

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.1 - Excesso de Arrecadação / Operação de Crédito (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art. 8º, LRF)

Não foram abertos créditos suplementares e especiais utilizando a fonte excesso de arrecadação.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.3.2 - Superávit Financeiro (artigo 43 da Lei 4320/64 c/c § único do art 8º, LRF)

Não foram abertos créditos suplementares e especiais utilizando a fonte superávit financeiro.



Município: Jaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

10 - CONCLUSÃO GERAL DA ANÁLISE

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.5 - Realocação de Recursos Orçamentários (art. 167, VI, CR/88)

O município, em sua execução orçamentária, não utilizou os instrumentos previstos no art. 167, VI.

2 - Créditos Orçamentários e Adicionais - 2.6 - Decretos de Alterações Orçamentárias (Consulta 932477 - TCEMG)

Detectamos decretos de alterações orçamentárias com acréscimos e reduções em fontes incompatíveis, não atendendo à Consulta nº 932477/14 - TCEMG, que dispõe sobre a abertura de créditos adicionais utilizando-se recursos de fontes distintas, excetuando as originadas do FUNDEB (118, 218, 119 e 219) e das aplicações constitucionais em Ensino e Saúde (101, 201, 102, 202), incluídas as fontes 100 e 200 (Relatório anexado à PCA).

5.2 - Demonstrativo da Aplicação do Resíduo (art. 25 da LC 141/2012)

Não existe valor residual a ser aplicado referente ao exercício anterior.

PROCESSO digitalizado por meio de sistema eletrônico de controle externo desenvolvido pelo TCEMG em parceria com a Câmara Municipal de Jaci. O processo digitalizado não substitui o original, sendo este o documento válido para fins legais.



CACGM/DCM, em 29/07/2019

Nome: Maria das Graças Vieira da Silva

Cargo/TC: Analista de Controle Externo / 14521

Município: Ijaci

Exercício: 2017

Nº do Processo: 1047100

Remessas

Informamos que a prestação de contas foi consolidada dia 29/06/2018 e teve por base as seguintes remessas:

Órgão(s)

01 - CAMARA MUNICIPAL DE IJACI
AM-676735690-JAN; AM-676738437-FEV; AM-678790936-MAR; AM-685709619-ABR; AM-692694789-MAI; AM-696027443-JUN; AM-704856007-JUL; AM-704858817-AGO; AM-705953007-SET; AM-708792534-OUT; AM-710922791-NOV; AM-714190666-DEZ; DCASP-731172243-DEZ
02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI
AIP-702275597-AGO; AM-736037043-JAN; AM-736040541-FEV; AM-736041683-MAR; AM-736073554-ABR; AM-736077490-MAI; AM-736081070-JUN; AM-736084760-JUL; AM-736085602-AGO; AM-736088678-SET; AM-736088692-OUT; AM-736094720-NOV; AM-736096105-DEZ; DCASP-730789655-DEZ; DCASP-735971305-; IP-664203225-

Este documento é uma cópia eletrônica e não possui validade jurídica. Para obter a versão original, consulte o site do TCE MG: www.tce.mg.gov.br. O TCE MG não se responsabiliza por danos decorrentes do uso indevido das informações aqui contidas.



Município: 3130408 - Ijaci

Exercício: 2017

Data e Hora de Entrega da Remessa: Remessas atuais

Data e Hora de Geração: 28/02/2019 12:08:55

Opções de Seleção: Coordenadoria: 1ª C/m - 1ª Coord. De Fiscalização Dos Municípios, Região de Planejamento: Sul, Órgão: Todos, Período: Anual

Demonstrativo das Transferências Financeiras

01 - CAMARA MUNICIPAL DE IJACI

Mês Referência	SubTipo	Descrição	Código EXT	Fonte de Recurso	Saldo Anterior (A)	D/C	Total de Débitos (D)	Total de Créditos (B)	Saldo Atual (F)	D/C
1 - Janeiro	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	0,00	C	0,00	95.000,00	95.000,00	C
					Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	95.000,00
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUCAC DE DUODECIM	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00
	1012 - RESTITUICAO DA CAMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00
	Subtotal por Mês:		0,00	C	0,00	95.000,00	95.000,00	C		
2 - Fevereiro	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	95.000,00	C	0,00	95.000,00	190.000,00	C
					Subtotal SubTipo:		95.000,00	C	0,00	95.000,00
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUCAC DE DUODECIM	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00
	1012 - RESTITUICAO DA CAMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00
	Subtotal por Mês:		95.000,00	C	0,00	95.000,00	190.000,00	C		
3 - Março	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	190.000,00	C	0,00	95.000,00	285.000,00	C
					Subtotal SubTipo:		190.000,00	C	0,00	95.000,00
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUCAC DE DUODECIM	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00
	1012 - RESTITUICAO DA CAMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:		0,00	C	0,00	0,00
	Subtotal por Mês:		190.000,00	C	0,00	95.000,00	285.000,00	C		

Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos munícipios e não contém quaisquer ajustes de valor expedidos pelo TCEMG.



4 - Abril	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	285.000,00	C	0,00	95.000,00	380.000,00	C
Subtotal SubTipo:					285.000,00	C	0,00	95.000,00	380.000,00	C
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUCAC DE DUODECIMO	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
	1012 - RESTITUICAO DA CAMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					285.000,00	C	0,00	95.000,00	380.000,00	C
5 - Maio	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	380.000,00	C	0,00	95.000,00	475.000,00	C
Subtotal SubTipo:					380.000,00	C	0,00	95.000,00	475.000,00	C
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUCAC DE DUODECIMO	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
	1012 - RESTITUICAO DA CAMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					380.000,00	C	0,00	95.000,00	475.000,00	C
6 - Junho	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	475.000,00	C	0,00	90.000,00	565.000,00	C
Subtotal SubTipo:					475.000,00	C	0,00	90.000,00	565.000,00	C
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUCAC DE DUODECIMO	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
	1012 - RESTITUICAO DA CAMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					475.000,00	C	0,00	90.000,00	565.000,00	C
7 - Julho	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	565.000,00	C	0,00	90.000,00	655.000,00	C
Subtotal SubTipo:					565.000,00	C	0,00	90.000,00	655.000,00	C
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUCAC DE DUODECIMO	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C



Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer notas de valor expedidas pelo TCE/MG.

7 - Julho	1012 - RESTITUIÇÃO DA CÂMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	C
					Subtotal por Mês:	565.000,00	C	0,00	90.000,00	655.000,00
8 - Agosto	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	655.000,00	C	0,00	77.200,00	732.200,00	C
					Subtotal SubTipo:	655.000,00	C	0,00	77.200,00	732.200,00
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUÇÃO DE DUODECIMO	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	C
	1012 - RESTITUIÇÃO DA CÂMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	C
					Subtotal por Mês:	655.000,00	C	0,00	77.200,00	732.200,00
9 - Setembro	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	732.200,00	C	0,00	75.000,00	807.200,00	C
					Subtotal SubTipo:	732.200,00	C	0,00	75.000,00	807.200,00
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUÇÃO DE DUODECIMO	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	C
	1012 - RESTITUIÇÃO DA CÂMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	C
					Subtotal por Mês:	732.200,00	C	0,00	75.000,00	807.200,00
10 - Outubro	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	807.200,00	C	0,00	75.000,00	882.200,00	C
					Subtotal SubTipo:	807.200,00	C	0,00	75.000,00	882.200,00
	0002 - Numerário para a Prefeitura	17 - DEVOLUÇÃO DE DUODECIMO	17	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	C
	1012 - RESTITUIÇÃO DA CÂMARA	-	12	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
					Subtotal SubTipo:	0,00	C	0,00	0,00	C
					Subtotal por Mês:	807.200,00	C	0,00	75.000,00	882.200,00
11 - Novembro	0001 - Repasse à Câmara	11 - REPASSE DA PREFEITURA MUNICIPAL	11	100	882.200,00	C	0,00	75.000,00	957.200,00	C



Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelos jurisdicionados e não contém quaisquer tipos de valor expedidos pelo TCEMG.

02 - PREFEITURA MUNICIPAL DE IJACI

Mês Referência	SubTipo	Desdob	Código EXT	Fonte de Recurso	Saldo Anterior (A)	D/C	Total de Débitos (D)	Total de Créditos (B)	Saldo Atual (F)	D/C
1 - Janeiro	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	0,00	C	95.000,00	0,00	95.000,00	D
Subtotal SubTipo:					0,00	C	95.000,00	0,00	95.000,00	D
	0002 - Devolução de Numerário	33 - DEVOLUCAO DE PRECATORIO	33	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
	Prefeitura	PODER LEGISLATIVO								
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					0,00	C	95.000,00	0,00	95.000,00	D
2 - Fevereiro	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	95.000,00	D	95.000,00	0,00	190.000,00	D
Subtotal SubTipo:					95.000,00	D	95.000,00	0,00	190.000,00	D

FLS. 148
Câmara Municipal
Ato

2 - Fevereiro	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	33 - DEVOLUCAO DE DUODECIMO PODER LEGISLATIVO	33	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					95.000,00	D	95.000,00	0,00	190.000,00	D
3 - Março	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	190.000,00	D	95.000,00	0,00	285.000,00	D
Subtotal SubTipo:					190.000,00	D	95.000,00	0,00	285.000,00	D
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	33 - DEVOLUCAO DE DUODECIMO PODER LEGISLATIVO	33	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					190.000,00	D	95.000,00	0,00	285.000,00	D
4 - Abril	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	285.000,00	D	95.000,00	0,00	380.000,00	D
Subtotal SubTipo:					285.000,00	D	95.000,00	0,00	380.000,00	D
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	33 - DEVOLUCAO DE DUODECIMO PODER LEGISLATIVO	33	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					285.000,00	D	95.000,00	0,00	380.000,00	D
5 - Maio	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	380.000,00	D	95.000,00	0,00	475.000,00	D
Subtotal SubTipo:					380.000,00	D	95.000,00	0,00	475.000,00	D
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	33 - DEVOLUCAO DE DUODECIMO PODER LEGISLATIVO	33	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					380.000,00	D	95.000,00	0,00	475.000,00	D
6 - Junho	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	475.000,00	D	90.000,00	0,00	565.000,00	D
Subtotal SubTipo:					475.000,00	D	90.000,00	0,00	565.000,00	D



Os dados apresentados neste relatório refletem fielmente o conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdições e não contém quaisquer juízos de valor expedidos pelo TCE/MG

6 - Junho	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	33 - DEVOLUCAC DE DUODECIMO PODER LEGISLATIVO	33	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					475.000,00	D	90.000,00	0,00	565.000,00	D
7 - Julho	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	565.000,00	D	90.000,00	0,00	655.000,00	D
Subtotal SubTipo:					565.000,00	D	90.000,00	0,00	655.000,00	D
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	33 - DEVOLUCAC DE DUODECIMO PODER LEGISLATIVO	33	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					565.000,00	D	90.000,00	0,00	655.000,00	D
8 - Agosto	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	655.000,00	D	77.200,00	0,00	732.200,00	D
Subtotal SubTipo:					655.000,00	D	77.200,00	0,00	732.200,00	D
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	33 - DEVOLUCAC DE DUODECIMO PODER LEGISLATIVO	33	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					655.000,00	D	77.200,00	0,00	732.200,00	D
9 - Setembro	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	732.200,00	D	75.000,00	0,00	807.200,00	D
Subtotal SubTipo:					732.200,00	D	75.000,00	0,00	807.200,00	D
	0002 - Devolução de Numerário para a Prefeitura	33 - DEVOLUCAC DE DUODECIMO PODER LEGISLATIVO	33	100	0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal SubTipo:					0,00	C	0,00	0,00	0,00	C
Subtotal por Mês:					732.200,00	D	75.000,00	0,00	807.200,00	D
10 - Outubro	0001 - Repasse à Câmara	3 - REPASSE PARA O PODER LEGISLATIVO	3	100	807.200,00	D	75.000,00	0,00	882.200,00	D
Subtotal SubTipo:					807.200,00	D	75.000,00	0,00	882.200,00	D

Os dados apresentados neste relatório referem-se somente ao conteúdo transmitido nas remessas efetuadas pelas jurisdições e não contém quaisquer tipos de valor expedidos pelo TCE/MG

